BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Abril-Maio-Junho/2026 – ISSN 2175-9103 Nº108

Boletim Número 108
Data: Abril-Maio-Junho/2026

EDITORIAL

O Boletim PROEALC número 108, referente ao trimestre de abril, maio e junho de 2026, reúne reflexões sobre a presente conjuntura, em que as disputas pela soberania política e econômica da América Latina ocupam posição central. O período sintetiza as profundas contradições do continente, que oscila entre a ofensiva de projetos neofascistas e a urgência da organização popular. Em meio à reconfiguração das relações internacionais e ao acirramento das tensões entre projetos antagônicos de desenvolvimento, a região permanece submetida às pressões do imperialismo, às limitações impostas pelo capitalismo dependente e ao avanço de forças políticas empenhadas na retração de direitos sociais e democráticos. Ao mesmo tempo, a resistência dos povos latino-americanos continua produzindo experiências e conquistas que reafirmam a atualidade da luta por emancipação, integração regional e justiça social.

Destaca-se a entrada em vigência provisória do Acordo Mercosul–União Europeia, tema que aqui ocupará espaço privilegiado. Argumenta-se que ele suscita questionamentos sobre seu efetivo impacto para os países sul-americanos, na medida em que reproduz um padrão histórico de inserção subordinada da região na economia global. Soma-se a isso a preocupação com os efeitos do tratado sobre a agricultura familiar, a política industrial e a capacidade dos Estados de formular estratégias autônomas de desenvolvimento, recolocando em debate a permanência de relações de dependência que remontam à própria formação econômica latino-americana. Como poderia ser diferente, se o acordo privilegia a exportação de commodities e amplia a abertura para produtos industrializados europeus, sem prever transferência tecnológica?

Em continuidade ao debate do último número deste Boletim acerca da Venezuela, este trimestre nos traz uma reflexão fundamental assinada por João Pedro Stédile, que situa os acontecimentos recentes em uma trajetória mais ampla de ofensivas contra a soberania do país. O sequestro do presidente Maduro e da primeira-combatente Cília Flores em 3 de janeiro representou o ápice dessa ofensiva, com uma ação militar em solo soberano, sem respaldo algum do direito internacional, movida pelo mesmo impulso que organiza a Doutrina Monroe desde o século XIX: a recusa a tolerar no continente qualquer processo que escape ao controle do império. Diante de suas permanentes investidas, a defesa da autodeterminação dos povos, nesse contexto, se afirma como princípio indispensável, como obrigação política e moral, para qualquer projeto comprometido com o avanço dos reais interesses dos latino-americanos, afinal, a derrota

do processo bolivariano seria uma derrota de toda a humanidade. A solidariedade de classe, o internacionalismo proletário, intransigente, como deve ser, é condição de sobrevivência para os projetos emancipatórios da região.

As duas disputas eleitorais andinas acompanhadas nesta edição reforçam, igualmente, as dificuldades do momento vivido. Na Colômbia, mesmo diante de indicadores econômicos positivos e da ampliação de políticas sociais implementadas pelo governo Gustavo Petro, a extrema direita mantém elevada capacidade de mobilização política. No Peru, por sua vez, a permanência do fujimorismo como força central da política nacional e os impasses enfrentados pelos setores da esquerda revelam a persistência da influência das elites tradicionais. Esses processos impõem a necessidade de aprofundar a discussão sobre os caminhos estratégicos das forças progressistas e sobre os desafios para a construção de maiorias políticas comprometidas e consequentes.

No Brasil, a passagem dos dez anos do impeachment da presidenta Dilma Rousseff convida a uma reavaliação crítica de um processo que alterou profundamente os rumos da política nacional. O episódio foi fundamental para o desenvolvimento das condições necessárias para a ascensão das forças de extrema direita, e seus efeitos seguem presentes no país. Isto é, trata-se de uma chaga em nossa história recente, uma fratura que abriu caminho para um período ainda não encerrado.

Paralelamente, a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta que extingue a escala 6×1 e reduz a jornada semanal para quarenta horas sem redução salarial representa uma das mais importantes vitórias recentes da classe trabalhadora brasileira. Essa pauta desmascarou a extrema direita e os partidos da ordem que, historicamente alinhados ao patronato, tentaram sabotar ou esvaziar o alcance da medida. Longe de resultar de concessões espontâneas, esse avanço expressa o que os movimentos sociais e sindicais são capazes de fazer quando se organizam; além disso, recoloca em evidência que a ampliação de direitos continua vinculada à pressão política exercida coletivamente pelos trabalhadores em sua luta bravia. Por ora, alegremo-nos, sem esquecer, contudo, que a PEC ainda precisa passar pelo Senado, e que os setores empresariais já se movem para adiar a votação para depois das eleições.

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões, inspirações e questões para futuros debates!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
Rafael Alves Ribeiro
Bolsista pesquisador do PROEALC

Em Foco I

Soberania não se reivindica, constrói-se: desenvolvimento, autodeterminação e os desafios da periferia capitalista

***Por Rafael Alves Ribeiro** **
23/06/2026
DOI: 10.5281/zenodo.21213011

Motivada pelas atuais circunstâncias em que o mundo se encontra, nota-se que no Brasil o emprego da palavra "soberania" teve uma notável ascensão no debate público. Multiplicam-se discursos oficiais que a invocam, pronunciamentos diplomáticos que a apresentam como princípio inegociável da convivência internacional. Não raro, porém, essa centralidade convive com uma compreensão empobrecida do conceito, em grande parte graças à herança positivista. A soberania é frequentemente reduzida ao reconhecimento jurídico de um Estado, à existência de um governo próprio e ao exercício formal de autoridade sobre determinado território. Embora, claro, esses elementos sejam indispensáveis, permanecem insuficientes para explicar as experiências históricas, e em especial as das nações periféricas do capitalismo.

Este artigo de opinião examina esse debate, buscando refletir sobre questões relativas ao caso brasileiro. Aqui, trabalhar-se-á com a ideia de que a soberania não pode ser definida sem referência à capacidade efetiva de: primeiro, decidir autonomamente sobre os rumos do próprio desenvolvimento; e, segundo, sustentar essas decisões diante de pressões externas de natureza econômica ou militar. Essa constatação atravessa boa parte da tradição marxista que procurou relacionar a questão nacional às estruturas concretas de poder que organizam a economia mundial.

Para Lênin (2021), o imperialismo é uma etapa necessária do próprio desenvolvimento capitalista. Esse estágio se consolida quando a livre concorrência é suplantada pela hegemonia dos monopólios e da oligarquia financeira, cuja simbiose entre bancos e indústrias altera a lógica global de acumulação: a exportação de capitais passa a sobrepujar a de mercadorias. Esse movimento expansionista dita a necessidade imperiosa de controle de mercados, culminando na partilha territorial do globo e no acirramento inevitável das tensões geopolíticas entre as potências. Na América Latina, tal problemática recebeu elaboração particularmente influente na teoria marxista da dependência. Em Ruy Mauro Marini (2005), a inserção subordinada das economias periféricas no capitalismo mundial aparece como um obstáculo estrutural à soberania, na medida em que produz mecanismos de transferência de valor e limita as margens de decisão econômica e política dos Estados nacionais.

Sob essa perspectiva, torna-se imperativo romper com o léxico da independência meramente formal. É justo nesse ponto que a experiência recente do Irã desperta provocações valiosas para a reflexão. Deixando de lado os juízos que possam se fazer sobre seu regime político, o país persa demonstrou que os Estados não resistem a pressões externas através de discursos ou evocações dos princípios do direito internacional. Os ataques que eliminaram parte significativa do alto escalão iraniano no dia 28 de fevereiro revelaram, em vez do colapso institucional esperado por muitos observadores, uma rápida reorganização do aparelho estatal e da cadeia de comando.

Este foi o resultado de um projeto de longo prazo de construção de uma base científica, tecnológica, industrial e militar voltada para garantir sua sobrevivência. Mesmo embrenhados na permanente pressão externa, investiram em engenharia, pesquisa e indústria; seus setores estratégicos passaram a desempenhar papel decisivo na sustentação de sua capacidade de resposta: fala-se de décadas de planejamento.[1] Tudo isso em um dos países mais sancionados do mundo.

A questão é: o que esse episódio revela sobre a natureza da soberania na condição periférica? E, por extensão, o que essa revelação diz sobre as nossas condições, as do Brasil? A soberania formal não impediu o golpe em 1964, nem no Chile em 1973, nem na Bolívia em 2019, nem em nenhum dos tantos outros momentos em que o imperialismo interveio na região. A forma jurídica existe, mas a capacidade real de autodeterminação, frequentemente, não, haja vista sua indissociabilidade da questão do desenvolvimento das forças produtivas.

Um país que depende de fornecedores externos para acessar tecnologias críticas possui menor margem para formular políticas independentes em momentos de tensão geopolítica. É nesse sentido que, quando atreladas a uma vontade real de planejamento estatal, as infraestruturas logísticas, os laboratórios de pesquisa e universidades públicas, as complexas cadeias industriais, inclusive e especialmente militares, participam do mesmo esforço histórico de consolidação da autonomia nacional. O Estado é o único agente capaz de realizar, em escala e com horizonte de longo prazo, o tipo de investimento que a construção de capacidades nacionais exige.

Desde a Revolução Industrial, nenhuma grande experiência de desenvolvimento ocorreu sem significativa intervenção estatal. Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e China recorreram, em diferentes momentos históricos, a instrumentos públicos de financiamento e proteção industrial. Paradoxalmente, recomenda-se frequentemente aos países periféricos precisamente o contrário: contenção permanente do investimento público.

[1] O Irã é um dos países que mais forma engenheiros no mundo. Sobre isso, ver A revolução dos engenheiros: a estratégia do Irã para virar potência tecnológica. Engenharia pela Democracia (EngD). Disponível em: https://www.engd.org.br/post/a-revolu%C3%A7%C3%A3o-dos-engenheiros-a-estrat%C3%A9gia-do-ir%C3%A3-para-virar-pot%C3%AAncia-tecnol%C3%B3gica

A história brasileira demonstra essa relação uma vez que a industrialização, iniciada a partir da revolução de 1930 e consolidada nas décadas seguintes, foi impulsionada por um Estado que criou instituições como a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, a Fábrica Nacional de Motores, em 1942, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em 1952, e a Petrobras, em 1953, e apostou na construção de capacidades nacionais. Mesmo durante a ditadura empresarial-militar, com todas suas profundas contradições políticas e sociais, que jamais devem ser minimizadas, persistiu uma estratégia de fortalecimento de setores considerados estratégicos para o desenvolvimento.

Não menos importante, o trabalho ocupa posição fundamental como elo que articula capacidade produtiva e mercado interno. Não é por acaso que a mesma matriz desenvolvimentista que ergueu as empresas supracitadas também instituiu, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho: a formalização da força de trabalho e a constituição de um mercado consumidor de massas caminharam, historicamente, ao lado da industrialização. Um parque industrial sustenta sua expansão também através da demanda doméstica capaz de absorver sua produção, e essa demanda depende de salários regulares, direitos garantidos e patamares mínimos de renda que viabilizem o consumo. Trabalho precarizado, informal ou sub-remunerado contrai o mercado interno e fragiliza esse círculo entre produção e consumo.

Hodiernamente, o debate sobre o novo arcabouço fiscal é a grande pauta a ser tratada. Ora, como um Estado submetido a severas restrições de investimento consegue financiar ciência, tecnologia, infraestrutura e inovação na escala exigida por um projeto nacional de desenvolvimento? Investimentos estratégicos raramente produzem retornos imediatos, exigem décadas de continuidade e elevados aportes públicos. Interromper ou reduzir sistematicamente esses investimentos significa comprometer as possibilidades futuras.

Não há contradição entre responsabilidade na gestão dos recursos públicos e formulação de um projeto nacional de desenvolvimento. O ponto central consiste em definir quais prioridades organizam a ação estatal e quais objetivos históricos justificam determinados esforços coletivos. Por conseguinte, toda política econômica deve ser avaliada também segundo sua capacidade de fortalecer ou enfraquecer os fundamentos materiais da soberania nacional.

O debate fiscal é apresentado como uma questão estritamente técnica, na qual os superávits e a contenção permanente do gasto público aparecem como objetivos em si mesmos. Essa abordagem tende a obscurecer uma questão anterior: a finalidade econômica e social à qual a política fiscal deve servir. Acerca dos apologistas da austeridade fiscal, disse Ribeiro,

> Argumentam com fervor que a agonia que impõem à classe trabalhadora é, na verdade, uma etapa incontornável para a saúde das finanças públicas, a despeito de quem vitimam. Há, no modo com que instrumentalizam o superávit, um evidente fetiche, que confere aparência de legitimidade, correção e moralização à agenda da ortodoxia liberal, ao passo que mascara a sistemática expropriação dos serviços públicos e da força de trabalho. (RIBEIRO, 2026a).

Marx (2013) jamais compreendeu o avanço das forças produtivas como processo neutro. Ao contrário, sua expansão ocorre sob relações sociais determinadas e produz contradições que atravessam todo o desenvolvimento histórico. No entanto, também é verdade que sociedades incapazes de ampliar sua capacidade produtiva encontram grandes dificuldades para transformar suas próprias condições materiais de existência.

Nas últimas décadas, o Brasil experimentou um processo contínuo de desindustrialização e reprimarização de sua economia. Segundo o IEDI (2018, p. 4-5), “depois de alcançar participação de 21,6% no PIB total em 1980, a indústria de transformação retrocedeu para 13,2% do PIB no ano 2000 e, a partir daí, caiu para 10% em 2017”. Esse movimento não se restringe à composição setorial do PIB, mas impacta também as condições de geração de tecnologia própria, uma vez que a atividade industrial constitui um dos principais espaços de inovação e incorporação de progresso técnico.

Nesse contexto, quanto menor a complexidade da estrutura produtiva nacional, maior tende a ser a dependência de tecnologias desenvolvidas externamente, cujo acesso pode ser condicionado por assimetrias econômicas e geopolíticas. Esse processo esteve associado à financeirização e à predominância de políticas orientadas pela estabilização monetária, que privilegiaram o rentismo em detrimento do investimento produtivo, e engana-se quem pensa que a gestão petista enfrentou a problemática.

O mundo atravessa um período de intensificação do imperialismo, com os Estados Unidos e sua crescente utilização de instrumentos econômicos, políticos e militares como forma de fazer pressão. A decadência de sua hegemonia produziu uma postura mais abertamente violenta de Washington na defesa dos interesses estratégicos de suas elites. Isto é, a administração Trump recuperou a Doutrina Monroe sem mediações retóricas, com um unilateralismo agressivo que dispensa disfarces.

A competição por minerais críticos e alinhamentos diplomáticos recoloca a América Latina no centro das disputas geopolíticas. A região concentra reservas minerais elementais para a

transição energética, extensos recursos hídricos e biodiversidade singular, mas permanece marcada por profundas assimetrias produtivas e dependência. O Brasil não está à margem desse processo. Pressões envolvendo recursos estratégicos, a classificação de facções criminosas como organizações terroristas pelos Estados Unidos, ingerências sobre o PIX e tentativas de influenciar rumos políticos internos revelam que a autonomia do país continua sendo ameaçada por forças externas de enormes capacidades.

Talvez aí esteja a diferença fundamental entre uma concepção formal de soberania e uma concepção material de autodeterminação. A primeira se contenta com a existência dos atributos jurídicos do Estado. A segunda volta-se para os meios concretos que permitem ao Estado preservar sua capacidade de decisão diante de intempéries que, hora ou outra, decerto se apresentarão. Essa diferença altera o foco do debate para as condições que tornam possível exercê-la de forma efetiva.

A história latino-americana demonstra que os desafios enfrentados pelas diferentes nações da região possuem raízes comuns. Ainda que cada país apresente especificidades políticas, culturais e institucionais, a inserção subordinada na economia mundial deve ser um fator de aglutinação, somado ao fato de que todos vêm estando sob ameaça de uma mesma potência imperialista. Nesse sentido, a autodeterminação nacional jamais deve ser confundida com isolamento. Ao contrário, a luta pela emancipação dos povos articula-se à solidariedade internacional. Defender o direito dos povos à autodeterminação significa reconhecer que nenhuma sociedade pode ter seu destino definido por interesses externos mediante coerção.

O espaço de manobras que a multipolaridade abre existe, mas precisa de capacidade para ser aproveitado, e é exatamente aí que o problema das bases materiais se recoloca. A soberania constitui, como visto até aqui, uma construção permanente, sujeita a avanços e retrocessos. Ela exige pressupostos concretos para sustentar as próprias decisões diante de atores com maior margem de influência ou coerção. Enquanto essa distinção permanecer obscurecida, o debate público continuará confundindo retórica com capacidade real. Um país que acredita ser soberano apenas porque proclama sua soberania corre o risco de descobrir, em momentos de crise, que jamais construiu os instrumentos necessários para defendê-la.

Que prioridades orientam as decisões econômicas do Estado brasileiro? Ele está construindo as condições objetivas necessárias para exercer plenamente a defesa de seu povo? O contraste entre as demonstrações de resposta ao imperialismo da Venezuela e do Irã ilustra o porquê disto ser mister. Maduro foi sequestrado e preso junto à primeira combatente Cilia Flores em uma operação que matou mais de 100 pessoas, incluindo civis. O que se sucedeu desde esse fatídico dia 3 de janeiro do presente ano foi um retrocesso total da luta anti-imperialista na Venezuela, o cerne, o

núcleo duro do bolivarianismo. Fato é que o país vem perdendo autonomia de maneira sem precedentes.[2] O Irã, todavia, vem superando todas as expectativas com sua luta bravia, combatendo o bom combate, reafirmando e agindo objetivamente no sentido de repelir o invasor.

Não se trata, aqui, de subestimar a relevância da vontade política de resistir, da consciência anti-imperialista. Ambos os elementos estiveram presentes nas duas nações, claro. Contudo, por si sós, são insuficientes quando não encontram respaldo em condições objetivas capazes de lhes conferir materialidade. O Brasil dispõe de uma tradição desenvolvimentista que, ainda que interrompida, desmontada nas últimas décadas, oferece um ponto de partida para a reconstrução das bases produtivas nacionais. Não é uma tarefa simples, tampouco isenta de contradições. O Estado brasileiro é permeado por interesses de classe que se opõem a um projeto de desenvolvimento nacional, enquanto a burguesia local, em grande medida associada ao capital internacional, tem demonstrado historicamente maior afinidade com a agenda do imperialismo do que com os interesses nacionais e populares.[3] A reconstrução dessas capacidades produtivas demanda o enfrentamento dos interesses do capital financeiro internacional e de suas frações associadas no país, bem como a mobilização organizada da classe trabalhadora em torno de um projeto nacional de desenvolvimento que, longe de se esgotar em si mesmo, esteja vinculado, evidentemente, à construção do socialismo.

*** Bolsista pesquisador do PROEALC e Graduando do curso de Ciências Sociais da UERJ.**

Referências:

CARDOSO, José Álvaro de Lima. A resistência do Irã muda o jogo no mundo. Brasil 247, 2026. Disponível em: https://www.brasil247.com/blog/a-resistencia-do-ira-muda-o-jogo-no-mundo. Acesso em: 12 jun. 2026.

CARLOTTI, Tatiana. Maduro e esposa agradecem apoio em nova mensagem ao povo venezuelano: "firmes e serenos". Opera Mundi, 29 mar. 2026. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/america-latina/maduro-e-esposa-agradecem-apoio-em-nova-mensagem-ao-povo-venezuelano-firmes-e-serenos/. Acesso em: 12 jun. 2026.

[2] Para uma cronologia detalhada dos acontecimentos e desdobramentos políticos em questão, ver relatórios técnicos produzidos por RIBEIRO (2026b, 2026c, 2026d, 2026e, 2026f).

[3] O conceito de burguesia dependente é central na obra de Ruy Mauro Marini. Ele designa as frações da classe dominante local cujas taxas de lucro dependem organicamente da permeabilidade ao capital imperialista e de uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Essa fração não possui um projeto de desenvolvimento autônomo pois sua acumulação se viabiliza precisamente como sócia menor do capital estrangeiro, o que explica sua propensão histórica a sabotar políticas de industrialização e de soberania tecnológica.

FARIA, Glauco. Assim o Irã contra-ataca. Outras Palavras, 5 mar. 2026. Disponível em: https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/e-assim-o-ira-contra-ataca/. Acesso em: 13 jun. 2026.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. A evolução recente da produtividade da indústria brasileira. São Paulo: IEDI, 2018. Disponível em: https://www.iedi.org.br/media/site/artigos/20180713_a_produtividade_industrial_no_periodo_recente_Mjl6DVK.pdf. Acesso em: 18 jun. 2026.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

MANSO, Miguel. A revolução dos engenheiros: a estratégia do Irã para virar potência tecnológica. Engenharia pela Democracia (EngD), 17 mar. 2026. Disponível em: https://www.engd.org.br/post/a-revolu%C3%A7%C3%A3o-dos-engenheiros-a-estrat%C3%A9gia-do-ir%C3%A3-para-virar-pot%C3%AAncia-tecnol%C3%B3gica. Acesso em: 11 jun. 2026.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIBEIRO, Rafael Alves. Argentina sob Javier Milei: desmonte produtivo, superexploração e dependência — um balanço dos últimos meses. Boletim PROEALC, Rio de Janeiro, n. 107, p. 2-8, abr. 2026a. DOI: 10.5281/zenodo.19502786.

RIBEIRO, Rafael Alves. Cronologia de notícias: processos políticos na América Latina contemporânea – fevereiro de 2026. Rio de Janeiro: PROEALC/UERJ, mar. 2026b. Relatório técnico. Disponível em: https://www.proealc.uerj.br/wp-content/uploads/2026/03/Coleta-02.26-Rafael-Ribeiro.pdf.

RIBEIRO, Rafael Alves. Cronologia de notícias: processos políticos na América Latina contemporânea – janeiro de 2026. Rio de Janeiro: PROEALC/UERJ, fev. 2026c. Relatório técnico. Disponível em: https://www.proealc.uerj.br/wp-content/uploads/2026/04/Coleta-01.26-Rafael-Ribeiro.pdf.

RIBEIRO, Rafael Alves. Cronologia de notícias: processos políticos na América Latina contemporânea – março de 2026. Rio de Janeiro: PROEALC/UERJ, abr. 2026d. Relatório técnico. Disponível em: https://www.proealc.uerj.br/wp-content/uploads/2026/04/Coleta-03.26-Rafael-Ribeiro.pdf.

RIBEIRO, Rafael Alves. Cronologia de notícias: programa de estudos de América Latina e Caribe – abril de 2026. Rio de Janeiro: PROEALC/UERJ, maio 2026e. Relatório técnico. Disponível em: https://www.proealc.uerj.br/wp-content/uploads/2026/05/Coleta-04.26-Rafael-Ribeiro.pdf.

RIBEIRO, Rafael Alves. Cronologia de notícias: programa de estudos de América Latina e Caribe – maio de 2026. Rio de Janeiro: PROEALC/UERJ, jun. 2026f. Relatório técnico. Disponível em: https://www.proealc.uerj.br/wp-content/uploads/2026/06/Coleta-05.26-Rafael-Ribeiro.pdf.

Em Foco II

Neocolonialismo em nova roupagem: quem ganha e quem perde com o Acordo Mercosul – União Europeia

Por Judite Santos
06/04/2026

Recentemente, o governo brasileiro e a União Europeia informaram que o Acordo Mercosul-União Europeia terá vigência provisória a partir de 1º de maio. O anúncio é visto com preocupação por parte dos movimentos populares, especialmente os movimentos camponeses, que sofrerão impactos diretos com a implementação do acordo.

À luz desse anúncio, torna-se necessário retomar o processo histórico das negociações, bem como destacar as principais características do acordo, de modo a evidenciar as diferentes perspectivas a partir das quais o tema tem sido abordado ao longo dos anos.

Trata-se de um Acordo de Livre Comércio considerado neocolonial, desigual e assimétrico, que reforça o papel histórico imposto ao Brasil e à América Latina na divisão internacional do trabalho, sendo esses países exportadores de matérias-primas (commodities agrícolas e minerais e energéticos) e importadores de produtos industrializados e prestação de serviços com valor agregado, beneficiando, desde sempre, os países centrais em detrimento dos países periféricos. Neste sentido, é neocolonial porque reproduz formas de dominação historicamente constituídas através das estruturas econômicas globais, que perpetuam as desigualdades.

Enquanto a União Europeia busca se reposicionar na economia global diante da crise em que se encontra, o governo brasileiro acredita ser uma alternativa para diversificar suas relações econômicas, fato que gera contradição no seio da sociedade brasileira que, por sua vez, entende o Acordo como um retrocesso para o desenvolvimento do país.

Esta é a perspectiva pela qual os movimentos populares analisam o acordo, partindo da análise histórica do processo de divisão internacional do trabalho na relação centro versus periferia.

Diversificar o mercado brasileiro ou salvar o mercado europeu?

O Acordo União Europeia-Mercosul representa o maior acordo já negociado pelo Mercosul e um dos mais importantes celebrados pela União Europeia (estamos falando de um mercado de aproximadamente 720 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) superior a US$ 22 trilhões, o equivalente a cerca de R$ 116,6 trilhões), cuja tramitação ficou travada por mais de duas décadas, graças à mobilização social de vários países, tanto do Mercosul quanto da Europa.

Na década de 1990, foram gestados diversos acordos de livre comércio, entre os quais se destaca o Acordo-Quadro de Cooperação Interregional, firmado em Madri, em 1995, que antecedeu as negociações do acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Esse processo coincide com o início das tratativas para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), posteriormente derrotada pelas mobilizações populares, bem como com o período de consolidação da Organização Mundial do Comércio (OMC), cuja entrada em vigor inaugura uma nova etapa na regulação do comércio internacional. É nesse contexto que, em 1999, emerge o Acordo UE–Mercosul, no bojo das reconfigurações da ordem econômica global sob a égide do capitalismo neoliberal.

Durante muito tempo as negociações ficaram travadas, mas em 2016, na gestão do governo golpista Michel Temer, o processo foi retomado e avançou significativamente, culminando na assinatura do acordo em 2019, já no governo fascista de Bolsonaro. No entanto, a União Europeia recuou e optou por não formalizá-lo, buscando resguardar sua própria imagem em um contexto marcado por graves retrocessos ambientais e pelo aumento das críticas internacionais à política ambiental brasileira daquele período. A formalização do tratado, naquele momento, implicaria associar-se a práticas amplamente condenadas pelo próprio bloco, o que poderia comprometer sua credibilidade perante a comunidade internacional.

Foi nesse cenário que, em 2023, o presidente Lula assumiu protagonismo como principal entusiasta e articulador, liderando a retomada e a conclusão do Acordo junto aos blocos. Embora tenha sofrido alterações em relação à proposta inicialmente negociada por Paulo Guedes, o acordo preserva seu caráter essencial, entreguista e sem o diálogo necessário com movimentos sociais e sindicais brasileiros, historicamente críticos aos acordos de livre comércio no país.

O texto final foi consolidado após 25 anos de negociações e está estruturado em 20 capítulos que abordam, entre outros temas, regras tarifárias, origem dos produtos, comércio e cooperação, barreiras técnicas, medidas sanitárias, entre outros. O tratado, concluído oficialmente com a assinatura dos termos em 17 de janeiro de 2026, em Assunção, no Paraguai, encontra-se em processo avançado para início de sua implementação.

De acordo com o governo brasileiro, o Brasil terá acesso a um dos maiores mercados do mundo, com “provisão de maior quantidade e diversidade de produtos europeus no mercado brasileiro”. A redução de tarifas, a eliminação de barreiras e o aumento da previsibilidade regulatória criarão condições mais favoráveis para exportações, investimentos e integração às cadeias globais de valor, segundo dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

Em nota conjunta, os ministérios das Relações Exteriore,, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e da Agricultura e Pecuária afirmam que o Acordo deverá entrar em vigor no dia

1º de maio de 2026, como vigência provisória até a conclusão dos procedimentos internos e formalização entre as partes.

Após a publicação do Decreto Legislativo nº 14, em 17 de março de 2026, o Brasil notificou oficialmente a Comissão Europeia em 18 de março de 2026 acerca da conclusão dos procedimentos internos de ratificação do acordo . A União Europeia notificou o Brasil em 24 de março de 2026, cumprindo-se, assim, os requisitos para a vigência provisória do Acordo, conforme previsto em seu texto, segundo informações divulgadas pelos ministérios envolvidos.

No entanto, especialistas apontam os riscos de um acordo de livre comércio para a economia brasileira. Paulo Nogueira Batista Jr., um dos principais críticos ao acordo, afirmou, em 2025, ser um equívoco do Brasil apostar no livre comércio "justo na hora em que economias centrais e países emergentes relevantes reduzem o grau de exposição externa de suas economias, adotam medidas de proteção contra a concorrência estrangeira e elevam seu nível de autonomia produtiva e tecnológica".

Reprimarização e perpetuação de um padrão econômico arcaico

O conjunto dos elementos aqui tratados evidencia que o Acordo UE-Mercosul tende a reforçar o padrão histórico de inserção subordinada da economia brasileira, marcado pela centralidade da exportação de produtos primários, como veremos nos dados abaixo.

No ano passado, as exportações do Brasil para a União Europeia, no comércio bilateral, foram de US$ 49,8 bilhões (cerca de R$ 263,9 bilhões) (14,3% do total). O setor do agronegócio representou uma fatia de 22,8% (US$ 11,4 bilhões, aproximadamente R$ 60,4 bilhões), figurando a União Europeia como principal destino de diversos produtos brasileiros, entre os quais café em grão, farelo de soja, minérios de cobre, frutas, carnes salgadas, óleos essenciais, entre outros. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, esses produtos são oriundos principalmente dos estados do Rio de Janeiro (20,6% – US$ 9.888,6 milhões, cerca de R$ 52,4 bilhões), São Paulo (12,2% – US$ 8.658,7 milhões, cerca de R$ 45,9 bilhões), Minas Gerais (16,04% – US$ 7.510,1 milhões, cerca de R$ 39,8 bilhões), Pará (16,5% – US$ 4.002,03 milhões, cerca de R$ 21,2 bilhões) e Mato Grosso (10,3% – US$ 3.089,4 milhões, cerca de R$ 16,4 bilhões).

Por outro lado, o Brasil importou US$ 50,3 bilhões (cerca de R$ 266,6 bilhões) (17,9% do total) em bens da União Europeia. Insumos e bens intermediários corresponderam a 57,4% das importações (US$ 28,8 bilhões, cerca de R$ 152,6 bilhões), fazendo do bloco europeu o segundo maior fornecedor do Brasil nesse segmento, segundo dados do Siscomex.

A entrada de bens manufaturados oriundos da União Europeia no mercado do Mercosul, com tarifas reduzidas, tende a exercer forte pressão sobre a indústria local, sobretudo nos setores de tecnologia, que se mostram incapazes de competir com produtos de alto valor agregado. Nesse contexto,

os dados evidenciam a consolidação de um padrão de especialização da economia brasileira marcado pela reprimarização, expresso na predominância das exportações de commodities para a Europa, ao passo que o país se consolida como receptor de bens industrializados ou semi-industrializados.

Esse movimento, longe de configurar uma estratégia de desenvolvimento nacional, aprofunda a reprimarização como expressão de um modelo arcaico, ancorado na exploração intensiva de recursos naturais, na utilização de mão de obra barata e na dependência de mercados externos. Tal dinâmica não apenas restringe a diversificação produtiva e obstaculiza o avanço tecnológico, como também reproduz e aprofunda assimetrias estruturais, consolidando um padrão de especialização de caráter neocolonial que fragiliza a soberania e amplia as desigualdades sociais e territoriais.

Assimetria de poder econômico: Quem ganha e quem perde

Embora o presidente Lula tenha dito, em 2023, que é um acordo "ganha-ganha", sabe-se quem ganha e quem perde neste tratado comercial. Por um lado, o alto controle e protecionismo europeu sobre sua agricultura e, por outro, a maior liberalização de produtos europeus nos mercados do Mercosul, bem como, maior acesso da União Europeia a matérias-primas baratas, o que ameaça o controle soberano das riquezas estratégicas e o bem comum da nossa região.

Prevê-se no acordo que empresas possam montar negócios no território nacional de países parte, conforme explícito no capítulo 9 — Serviços e Investimentos: "Além de estabelecer compromissos de tratamento nacional e acesso a mercados, o capítulo define categorias de técnicos e pessoas de negócios que podem exercer temporariamente atividade econômica no território do outro bloco". Lamentavelmente, o acordo não previu nenhum capítulo sobre transferência tecnológica que pudesse oferecer aos países do Mercosul, oportunidades para desenvolver suas indústrias nacionais, ao contrário, libera-se a fronteira territorial para que a Europa possa montar seus negócios nesta região, o que dificilmente ocorrerá em sentido inverso, portanto este acordo jamais será de "ganha-ganha" e sim de intercâmbio de "vacas por carros", como já foi dito.

As regras comerciais garantem o direito de ambos os blocos adotarem as "medidas de defesa comercial" e determinam que "eventuais disputas sobre defesa comercial sejam submetidas ao sistema de solução de controvérsias da OMC", isso significa quando um país acusa o outro de praticar dumping (vender muito barato para prejudicar a indústria local); ou quando há aplicação de tarifas de proteção (antidumping, salvaguardas, etc.) estes conflitos não serão resolvidos apenas entre Mercosul e União Europeia, mas sim levados para o mecanismo da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na prática isso reforça a ideia de que o acordo segue a lógica do comércio internacional regulado pela OMC, o que limita a autonomia dos países para resolverem conflitos de forma soberana, já que esta medida favorece países com maior capacidade jurídica e econômica perante os fóruns internacionais.

O mecanismo pode ser utilizado para resolver qualquer disputa sobre a interpretação e aplicação de partes do acordo ou sobre uma alegação de uma parte que uma medida aplicada de outra parte anula ou prejudica os benefícios do acordo. O que pode ser utilizado para contrapor normas que as partes percebam uma restrição ou impacto em suas atividades, inclusive normas ambientais, como a legislação europeia para produtos livres de desmatamento, segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Nesse sentido, pode ser usada para questionar normas ambientais de países exportadores de produtos agropecuários do Mercosul, que deverão se adequar às regras unilaterais da União Europeia, uma vez que o acordo vincula o acesso ao mercado europeu ao rastreamento de produtos como carne e soja, a fim de garantir que não sejam oriundos de áreas de desmatamento.

Da mesma forma, as exigências sanitárias e fitossanitárias aplicadas aos produtos de origem animal impõem a elevação dos padrões de produção aos níveis ambientais e sociais europeus, o que, em essência, configura barreiras comerciais disfarçadas. O acordo estabelece que “cabe ao país exportador atestar o cumprimento dos requisitos sanitários do país importador, incluindo a listagem de estabelecimentos conformes, eliminando a necessidade de inspeção individual”, em termos práticos, transfere ao exportador a responsabilidade de garantir que seus produtos atendam plenamente às exigências do mercado destino. Como os países do Mercosul figuram entre os principais exportadores de produtos de origem animal, caberá a eles cumprirem rigorosamente as normas estabelecidas pela União Europeia. Por outro lado, a União Europeia tende a exportar bens de consumo de alto valor agregado, buscando assim, ampliar o acesso de suas empresas a contratos públicos nos países do Mercosul, reforçando a relação assimétrica entre os blocos.

No que se refere à exportação e importação de produtos alimentícios, não há medidas específicas para proteção da agricultura familiar, setor essencial responsável por 80% do alimento consumido no Brasil, haja visto que a abertura comercial pode afetar negativamente esses pequenos produtores em diferentes cadeias produtivas, algumas delas já fragilizadas e sujeita ao aumento da concorrência pelas importações.

Embora haja previsão de compromissos ambientais e laborais, o acordo revela contradições econômicas e sociais relevantes, na medida em que a própria dinâmica de expansão das commodities e da infraestrutura, para atender à demanda do acordo, tende a intensificar os impactos ambientais nos países do Mercosul. A transição energética, por exemplo, com destaque para o hidrogênio verde e a energia eólica, altamente demandada pela UE, gera conflitos territoriais, sociais e ambientais gravíssimos que afetam diretamente comunidades, ecossistemas, direitos humanos e modos de vida tradicionais, conflitos esses completamente invisibilizados no texto.

Impactos socioambientais e o posicionamento dos movimentos populares

O governo brasileiro afirma que o acordo se traduzirá em "crescimento, geração de empregos e desenvolvimento sustentável", mas não é o que afirmam especialistas e diversos segmentos da sociedade brasileira.

A liberalização da política econômica externa, além de representar uma neocolonização enquanto modelo, apresenta riscos graves que impactam diretamente a vida e a saúde da população brasileira, como, por exemplo:

1) expansão da fronteira agrícola: para atender à demanda de exportação de commodities agrícolas (sobretudo cereais e carnes), o acordo ampliará a produção agropecuária nos países do Mercosul, aumentando, consequentemente, a emissão de gases de efeito estufa com a expansão das áreas de pecuária, maiores vetores de desmatamento no Brasil, acompanhada do acirramento dos conflitos territoriais;

2) aumento abusivo no uso de agrotóxicos: muitos agrotóxicos proibidos na Europa continuarão a inundar o mercado brasileiro para elevar a produção agrícola, somados ao avanço tecnológico a seu favor, como a pulverização por drones, provocando contaminação ambiental, câncer e outras doenças na população;

3) intensificação da exploração e do saqueio mineral sem o controle soberano: a redução ou eliminação de tarifas de importação para minerais tende a ampliar as exportações do Mercosul para a Europa, para atender à demanda crescente de transição energética. Esse movimento aprofundará a disputa pelas riquezas estratégicas, como terras raras, acirrando, assim, os conflitos sociais e ambientais, com impactos diretos sobre a saúde, os modos de vida e os territórios de populações camponesas, indígenas e quilombolas.

Embora o governo brasileiro, sob a orientação do presidente Lula, tenha se empenhado em assegurar alguns ajustes para tornar o acordo mais equilibrado e alinhado aos interesses nacionais, por meio do chamado Pacote de Brasília (2024), que promoveu avanços em temas sensíveis, como compromissos ambientais, sociais e laborais, além da participação da sociedade civil no monitoramento e na revisão do acordo, o debate público foi praticamente anulado.

Este acordo foi negociado a portas fechadas, sem a participação da sociedade civil, nem de outros observadores internacionais. O texto integral do acordo foi publicado para livre acesso somente em inglês, em uma linguagem extremamente técnica, segmentado por capítulos e anexo. Quando a população dos países que o compõe não pode opinar sobre o seu conteúdo, e a Comissão Europeia considera a divisão do acordo entre o escopo político e cooperação e o de comércio para que seja simplificado o processo de ratificação na União Europeia, temos um grave problema de transparência e respeito à democracia, segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina defendem a necessidade urgente de ações capazes de barrar a ratificação desse tratado de livre comércio, especialmente no Parlamento Europeu, antes de sua entrada em vigor, uma vez que os parlamentos dos países do Mercosul já o aprovaram. No caso do Brasil, o Congresso Nacional aprovou em 03 de março de 2026.

Diante desse cenário, torna-se ainda mais urgente ampliar o debate público e exigir a realização de estudos aprofundados sobre seus impactos. Nesse sentido, é fundamental avaliar os efeitos sobre a agricultura familiar, o meio ambiente e a mineração, bem como garantir a realização de consultas prévias, livres e informadas às comunidades tradicionais, conforme a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário. Do mesmo modo, é necessário a realização de estudos sobre os impactos econômicos sobre o setor industrial, uma vez que setores nacionais (como os de máquinas, equipamentos eletrônicos e produtos farmacêuticos), enfrentarão maior concorrência dos produtos europeus e serão perdedores no final das contas, dado que o acordo aprofunda a desindustrialização e reforça o padrão de especialização da economia brasileira no processo de reprimarização.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2026/04/06/neocolonialismo-em-nova-roupagem-quem-ganha-e-quem-perde-com-o-acordo-mercosul-uniao-europeia/**

Em Foco III

Dez anos de falência democrática

Por *Luis Felipe Miguel*
12/05/2026

Hoje, completam-se 10 anos desde que a presidente Dilma Rousseff teve que se afastar da presidência da República, deixando o cargo para Michel Temer. Meses depois, em 31 de agosto, o Senado aprovaria o impeachment, sacramentando que seu afastamento era definitivo.

A deposição de Dilma atende por um nome preciso: golpe. Um dos golpes de novo tipo, que se tornaram frequentes, em que instrumentos legais, como o instituto do impeachment, são desvirtuados para afastar dos cargos de poder pessoas e grupos que se tornaram indesejados.

O impeachment foi levado adiante por um pretexto (as “pedaladas fiscais”). Todo mundo sabia que era um pretexto (e, posteriormente, o Tribunal de Contas da União viria a confirmar). No desenrolar do

processo, mal se falava delas. Falava-se de “conjunto da obra”, dizia-se que a popularidade de Dilma estava baixa demais para que ela pudesse continuar na presidência da República, evocavam-se os valores familiares. E, sobretudo, a quadrilha de Sérgio Moro estava em operação.

Uma triangulação entre os juízes e procuradores corruptos da Lava Jato, a imprensa corporativa e as fábricas de notícias falsas manejadas pela direita alimentava um clima de opinião contrário a Lula, ao PT e à presidente. Era o triplex, era o pedalinho, eram os vazamentos marotos. Cada boato virava uma manchete, cada manchete virava uma investigação. Com o Supremo, com tudo. No Jornal Nacional, William Bonner desfiava mentiras com voz soturna, com a imagem do esgoto de dinheiro atrás.

Era para destruir Lula, o PT, a esquerda e Dilma – para sempre. Impossível enfrentar o tsunami, sobretudo diante do caráter desmobilizador do lulismo. Como François Andrieux disse a Napoleão, “on ne s’appuie que sur ce qui résiste”: só nos apoiamos sobre o que resiste. A base popular não sabia resistir, logo não servia de apoio. O lulismo tinha ensinado que a única forma de expressão política era o voto.

Não que o governo fosse bom. Emparedada pelos donos do poder no Brasil, Dilma resolveu, no seu segundo mandato, promover um ajuste fiscal antipopular, que minava o diferencial dos governos petistas (as políticas compensatórias em favor dos mais pobres) e que estava em contradição absoluta com o que havia prometido na campanha, sobretudo no segundo turno. Quem quer que defendesse a democracia no Brasil, naquele momento, tinha a obrigação de lutar pela continuidade do mandato da presidente legitimamente eleita. Mas era difícil.

Sempre lembro das faixas as manifestações do campo democrático: “Fica, Dilma, mas melhora”. É preciso muita sofisticação política para chegar nessa posição, de defender um governo do qual não se gosta. Mas foi o que fizemos – e fomos, como se sabe, fragorosamente derrotados.

O golpe foi a culminação da estratégia inaugurada pelo candidato derrotado da direita, Aécio Neves, que declarou, celebremente, que estava apenas querendo “encher o saco” quando iniciou um pedido de cassação da chapa vencedora no Superior Tribunal Eleitoral. O que aconteceu foi que a direita brasileira percebeu que, naquele momento, não era capaz de chegar ao poder pela eleição. Afinal, com o mais absurdo cerco da imprensa corporativa, com as maquinações da conspiração Lava Jato funcionando a todo vapor, com a baixaria no máximo, depois do baque de 2013, com a economia periclitando, Dilma, ainda assim, foi capaz de se reeleger. Decidiram, então, que era hora de romper com as regras do jogo, de virar a mesa. E foi o que fizeram.

No processo, deram à luz uma direita competitiva eleitoralmente. O PSDB foi imolado na fogueira de sua própria tentação golpista, para dar lugar ao bolsonarismo.

De fato, o caso do Brasil mostra com perfeição como as classes dominantes estimulam o surgimento de uma direita mucho loca. De fato, não são poucas as semelhanças com a ascensão do

nazismo na Alemanha, tal como descrita pelo historiador francês Johann Chapoutot, em seu recente livro *Les irresponsables*.

A extrema-direita foi colocada nas ruas para aumentar a pressão em favor da deposição de Dilma. Ela podia também manipular o discurso antissistêmico, necessário para a agitação golpista, mas que casava mal com figuras como Aécio Neves, Michel Temer ou José Serra.

A expectativa era que, consumada a deposição da presidente, os cães hidrófobos seriam recolhidos de novo ao canil. O governo do usurpador serve de ilustração. Os extremistas foram importantes na mobilização, mas ficaram de fora do primeiro escalão. Teve ministério até para uma nulidade como Roberto Freire, mas não para a turma de Jair.

Ou seja: é claro que o golpe de 2016 não foi desferido para colocar Bolsonaro na presidência. Ele foi comandado pelos caciques da velha política, cansados de dividir o poder com o PT, interessados em garantir a continuidade de seus esquemas depredação do Estado, alinhados com setores da burguesia que achavam que as políticas de redução das desigualdades já tinham ido longe demais. A extrema-direita tinha destaque na mobilização das ruas, açulando o ressentimento das classes médias e propagando o pânico moral, mas era absolutamente secundária na articulação no Congresso, no Judiciário, no Ministério Público, na Polícia Federal e na imprensa, aquela articulação que foi essencial para queda de Dilma.

Nem por isso é possível dizer que a vitória de Bolsonaro foi fruto do acaso. Os articuladores do golpe deram espaço para discursos que namoravam o fascismo, sabendo o que significavam, e bateram palmas quando eles ganharam os corações e mentes de uma boa metade dos brasileiros. É como aquele sujeito que enche a cara, pega o carro e acaba batendo. Não vamos dizer que a batida era seu objetivo, mas também não dá para dizer que ela surpreende.

A analogia falha num ponto. Imaginamos que o bêbado deplora o acidente que sofreu. A direita tradicional brasileira, não. Ressalvadas exceções, adaptou-se muito bem ao bolsonarismo e mergulhou de cabeça no extremismo. Foi tipo uma redenção, a desobrigação de fingir civilidade e compromisso com a democracia.

O golpe, assim, foi o grande ponto de ruptura da política brasileira recente. Ele marcou a dissolução dos consensos que, bem ou mal, definiam o cenário desde o final da ditadura. A gramática dos direitos, que a Constituição de 1988 estabelecia como terreno para as disputas, foi dispensada. O discurso de defesa da igualdade, que muitas vezes era apenas da boca pra fora, mas era comungado por todos, foi rompido. Afirmou-se, pelo próprio fato da destituição da presidente legítima, que não se considerava mais que a obtenção do voto popular era o único meio de acesso ao poder. A arquitetura liberal do

equilíbrio de poderes foi substituída por um vale tudo, em que vigora a regra do "manda quem pode, obedece quem tem juízo".

Cientistas políticos conservadores gostam de dizer que a nossa democracia sobreviveu, que as instituições são fortes, como forma de minimizar o significado do golpe de 2016 e também do bolsonarismo. Mesmo entre gente progressista, a vitória de Lula, em 2022, e o fracasso da intentona de 8 de janeiro de 2023 aparecem como sendo sinais do sucesso da retomada democrática no Brasil. Mas não é assim. O governo Lula avançou pouco, não teve força para promover de fato esta retomada.

Houve a aplicação de punição aos golpistas, mas não o suficiente para que a ampla parcela oportunista e pusilânime da elite parlamentar se sentisse ameaçada. Com exceção de alguns poucos, como Carla Zambelli e Alexandre Ramagem, os políticos que trabalharam ativamente contra a democracia não foram punidos. Muitos deles se tornaram homens importantes do governo Lula, indicando ministros, ocupando cargos, exercendo poder.

Não conseguimos recompor o apoio social à ordem democrática. A direita continuou nadando de braçada no debate nas redes sociais, o jornalismo corporativo continuou normalizando a extrema-direita, a esquerda continuou investindo pouco, muito pouco, na educação política. A opção por punir os golpistas começando pelos bagrinhos, com penas muitas vezes exageradas, ao gosto do ministro Alexandre de Moraes, alimentou a narrativa da vitimização, que a direita usou com competência.

É como se uma casa tivesse sido devastada por um furacão e uma enchente. O governo Lula tomou conta, tirou um pouco da lama, trocou umas lâmpadas. Mas as janelas continuam quebradas, as paredes rachadas. As fissuras que o golpe de 2016 produziu em nossa institucionalidade democrática, que sempre foi meio capenga, permanecem aí.

E, o que é o mais triste, continuamos lutando apenas para evitar o pior, sem expectativa de mudança real no nosso horizonte.

Link: https://lfmiguel.substack.com/p/dez-anos-de-falencia-democratica

Em Foco IV

O fim da escala 6×1 é uma vitória histórica da classe trabalhadora – e uma derrota política da extrema direita

Por Everton Gimenis
01/06/2026

A aprovação da PEC que acaba com a escala 6×1 e reduz a jornada semanal para 40 horas sem redução salarial representa uma das maiores vitórias da classe trabalhadora brasileira desde a Constituição de 1988. Após décadas de luta do movimento sindical, das centrais sindicais e dos movimentos populares, a Câmara dos Deputados finalmente aprovou, em dois turnos, uma proposta que enfrenta uma das formas mais brutais de exploração do trabalho no Brasil.

Foram 472 votos favoráveis e apenas 22 contrários no primeiro turno. No segundo, 461 votos favoráveis contra 19 contrários. O texto estabelece a redução gradual da jornada de 44 para 40 horas semanais, garante dois dias de descanso e impede redução salarial.

Essa conquista não nasceu da boa vontade do Congresso Nacional. Ela é fruto direto da pressão popular. Foi a mobilização dos trabalhadores nas ruas, nas redes sociais, nos sindicatos e nos locais de trabalho que tornou impossível ignorar o tema. O povo brasileiro cansou de jornadas desumanas que roubam o tempo de convivência familiar, destroem a saúde mental e física e transformam a vida em um ciclo permanente entre trabalho, cansaço e sobrevivência.

Também é impossível ignorar o papel central do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na construção dessa vitória. O governo assumiu a pauta politicamente, articulou sua base e compreendeu que reduzir a jornada de trabalho é uma medida civilizatória, alinhada às transformações do mundo do trabalho e à necessidade de devolver dignidade à classe trabalhadora brasileira.

A aprovação da PEC desmonta outra grande mentira propagada pelo mercado financeiro e pela extrema direita: a de que direitos trabalhistas “quebram a economia”. Esse mesmo discurso foi usado contra férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado, licença maternidade e praticamente toda conquista social da história brasileira. Foi assim inclusive no período da luta pelo fim da escravidão, quando setores da elite econômica afirmavam que abolir o trabalho escravo destruiria a economia do país. Sempre que os trabalhadores e os setores populares avançam em direitos, os grupos mais conservadores anunciam o caos econômico. E a história mostra que sempre estiveram do lado errado.

O debate sobre o fim da Escala 6×1 também revelou algo importante: a direita brasileira continua profundamente subordinada aos interesses empresariais mais atrasados do país. Partidos como Novo e Missão orientaram suas bancadas contra a PEC, posicionando-se explicitamente contra a redução da jornada de trabalho e contra melhores condições de vida para milhões de trabalhadores brasileiros.

Mais grave ainda foi a postura de parlamentares bolsonaristas e de extrema direita que tentaram sabotar a proposta até os últimos momentos. Muitos perceberam que votar contra uma medida tão popular poderia ter um enorme custo eleitoral e recuaram por conveniência política — não por convicção. O próprio presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, admitiu publicamente que o partido orientaria voto

favorável mesmo sendo contrário à proposta, numa tentativa de evitar que o governo Lula colhesse sozinho os frutos políticos da medida.

Mas alguns decidiram mostrar claramente de que lado estão.

No Rio Grande do Sul, votaram contra os trabalhadores deputados como Bibo Nunes (PL), Lucas Redecker (PSD), Marcel van Hattem (Novo), Maurício Marcon (PL) e Sérgio Turra (PP). Enquanto milhões de brasileiros lutam para sobreviver trabalhando seis dias por semana, esses parlamentares escolheram defender os interesses de setores empresariais que lucram justamente com a superexploração da mão de obra.

A extrema direita brasileira gosta de se apresentar como defensora "do povo", mas nos momentos decisivos sempre escolhe o lado do patrão contra o trabalhador. Foi assim na Reforma Trabalhista de Michel Temer, que precarizou relações de trabalho e enfraqueceu direitos históricos. Foi assim também na Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que dificultou a aposentadoria de milhões de brasileiros e obrigou trabalhadores a permanecer mais tempo no mercado de trabalho em condições cada vez mais precárias. E agora se repete no debate sobre a jornada de trabalho.

A aprovação na Câmara, porém, não encerra a luta. A PEC ainda precisa passar pelo Senado Federal, e já existe uma forte movimentação de setores empresariais e da oposição conservadora para adiar a votação. O objetivo é claro: empurrar a decisão para depois das eleições, permitindo que parlamentares escondam sua posição real até garantirem a própria reeleição.

Por isso, a mobilização popular precisa continuar.

Nenhum direito trabalhista foi conquistado sem luta. A jornada de oito horas, o descanso semanal, as férias e o décimo terceiro nasceram da organização coletiva da classe trabalhadora. O fim da Escala 6×1 também será consolidado assim: com pressão popular, mobilização sindical e participação ativa dos trabalhadores.

A aprovação dessa PEC representa mais do que uma mudança na legislação trabalhista. Ela simboliza a disputa entre dois projetos de país: de um lado, o projeto que enxerga o trabalhador apenas como instrumento de lucro; do outro, o projeto que entende que desenvolvimento econômico só faz sentido quando melhora concretamente a vida do povo.

A luta continua. Mas a classe trabalhadora brasileira conquistou uma vitória histórica — e mostrou que, quando o povo se organiza, até os mais poderosos precisam recuar.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2026/06/01/o-fim-da-escala-6x1-e-uma-vitoria-historica-da-classe-trabalhadora-e-uma-derrota-politica-da-extrema-direita/**

Em Foco V

Stédile: "Por que seguimos apoiando a Venezuela"

Por *João Pedro Stédile*
02/06/2026

A atual situação política da Venezuela não pode ser explicada apenas pelos acontecimentos posteriores a 3 de janeiro de 2026. Precisamos contextualizar o que vem acontecendo nas últimas quatro décadas. Na década de 1990, havia uma hegemonia total dos EUA no continente, que nos impôs o acordo do NAFTA (sigla para North American Free Trade Agreement ou Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e, na sequência, queria impor a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) como uma área sob total controle do capital estadunidense. Todos os governos, menos Cuba, apoiavam os gringos.

Mas o povo de alguns países se insurgiu. Na Venezuela houve o Caracazo, em 1989; depois, a rebelião militar e, finalmente, a vitória eleitoral de Chávez, que assumiu o poder em 1999, quebrando a onda neoliberal e abrindo um novo ciclo de governos progressistas, que se seguiu com Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia) e Néstor Kirchner (Argentina), o que alterou a correlação de forças no continente. Agora se propunha uma outra integração no lugar da ALCA, derrotada formalmente em 2005. Teríamos, então, a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América).

O imperialismo estadunidense, os governos democratas e republicanos e a classe dominante dos EUA não perdoaram a ousadia de Chávez e, por quatro décadas, usaram todas as táticas possíveis dentro do receituário descrito pelo pesquisador Andrew Korybko, com base nos documentos oficiais das Forças Armadas gringas, como novas táticas das Guerras Híbridas.

Nesse longo período, eles tentaram de todas as formas possíveis derrotar o processo bolivariano na Venezuela. Lembremos do golpe que tirou Chávez do governo por dois dias, em 2002, em que a repercussão internacional e a mobilização popular imediata impediram que os golpistas o fuzilassem. Lembrem que até o cardeal de Caracas lhe dera a extrema-unção na cadeia da Ilha de Orchila, onde estava preso!

Foi realizada também uma greve política dos petroleiros para sucatear a PDVSA (Petróleos de Venezuela, S.A.), que causou falta de combustível e caos. A situação foi gerenciada com a ajuda do então governo Fernando Henrique Cardoso do Brasil. Depois vieram as "guarimbas" com total violência de rua e terrorismo, com incêndios de escolas, hospitais, desabastecimento fabricado e dezenas de mortos. Muitos responsáveis por esses ataques estavam presos e agora foram anistiados.

Após a morte de Chávez logo veio o reconhecimento por parte dos EUA do governo fantoche de Juan Guaidó, a quem transferiram todos os depósitos em dólar e ouro do Estado venezuelano, para que essa lumpen burguesia venezuelana se locupletasse.

Provocaram uma inflação descontrolada com base na manipulação da taxa de câmbio a partir de Miami. Bloquearam todas as contas do país no exterior. Impediram investimentos no petróleo, e a produção caiu a níveis inferiores a 30%, provocando uma queda do PIB de 90%. Tudo isso causou muitos problemas econômicos para toda a população e gerou uma migração de trabalhadores venezuelanos sem precedentes.

Contestaram a reeleição do presidente Nicolás Maduro, com apoio e ilusão de alguns personagens ditos progressistas.

Tudo isso somado a uma campanha midiática permanente e consistente, que certamente custou milhões de dólares no uso de redes, computadores e dos chamados influenciadores pagos pela CIA e suas agências. Campanha essa que ainda segue.

O golpe final veio com o segundo governo Trump que, sedento pelo petróleo e perdendo a hegemonia econômica para a Eurásia, reeditou a Doutrina Monroe e, querendo transformar de novo o continente em quintal dos EUA, impôs um controle econômico, político e militar.

No dia 3 de janeiro, depois de mobilizar toda a sua força militar, invadiu o país por via aérea, sequestrou o presidente Maduro e a deputada Cilia Flores. Houve resistência, combates e mais de 100 mortes. Somente daqui a alguns anos saberemos quantos soldados americanos morreram. Só sabemos que eram, em sua maioria, latinos do grupo de elite Delta Force, armados com as melhores armas do planeta.

A Venezuela, seu povo e as Forças Armadas foram derrotadas. Perderam vidas e seu presidente. Mas o império não tinha quem colocar no lugar de Maduro, pois sua agente Maria Corina Machado e a oposição entreguista estão desmoralizadas perante a sociedade venezuelana.

A saída foi então manter o presidente sequestrado e negociar com o governo chavista, com a corda no pescoço ou com a cabeça na mira do fuzil. Alguns setores da esquerda institucional e aqueles que só acompanham a política pelas redes sociais logo se apressaram para dizer que não houve resistência e chamaram de traição. Agora, começam a propagar que há divisão entre os governos da Venezuela e de Cuba. Essas teses só fortalecem as táticas dos EUA, difundidas pelos meios influenciados pela CIA para dividir a esquerda e a opinião pública.

O povo venezuelano, em sua ampla maioria chavista, segue a vida, trabalhando, produzindo e organizando as comunas. Dolorido, segue apoiando o governo chavista, tendo consciência de tudo o que aconteceu.

O MST tem laços históricos com o movimento camponês venezuelano, com as comunas produtivas e com o governo chavista. Temos muitos projetos de cooperação na produção de sementes, alimentos e intercâmbios na formação de quadros técnicos.

Seremos eternamente gratos pelas bolsas na Escola Latinoamericana de Medicina Salvador Allende, que permitem que dezenas de jovens camponeses pobres se formem médicos. O povo venezuelano segue sendo vítima da guerra híbrida do império. O governo chavista tem o apoio do seu povo. Nosso movimento será sempre solidário com o povo chavista.

Precisamos de uma mudança na correlação de forças internacionais a favor da humanidade e da paz. Esperamos que a correlação de forças interna nos EUA mude, e que as forças progressistas consigam mudar sua política externa, a sua vocação belicista de agressão aos povos e derrotar a Doutrina Monroe.

Esperamos que o governo e o povo chavista encontrem os melhores caminhos para aumentar a produção de petróleo e de outros bens que precisam. Que mantenham a soberania sobre o petróleo, os minérios e seu território.

Defender Venezuela e Cuba é uma obrigação moral e política de todas as forças progressistas e democráticas de nosso continente. Não se iludam: se eles forem derrotados, o império aumentará sua pressão sobre o México, Brasil, Colômbia e todo o continente. Antes, usaram o fantasma dos comunistas e da URSS. Depois, mudaram para os terroristas islâmicos, que eles financiaram. Agora criaram o fantoche do narcotráfico, como se eles não fossem o maior mercado, e a repressão dos migrantes.

Lutaremos para que o presidente Maduro e a deputada Cília Flores sejam libertados, pois não cometeram nenhum crime e os EUA não têm o direito e a moral de condená-los a nada. Ao contrário, esperamos que no futuro o Tribunal Penal Internacional de Haia julgue e condene os atuais mandatários dos EUA por suas bombas e crimes em Gaza, no Irã, na Síria, no Sudão, no Caribe, na Venezuela, em Cuba e dentro do seu próprio país, pelas perseguições aos pobres e aos migrantes.

A história da luta de classes dá voltas, tem altos e baixos, avanços e recuos, mas a humanidade caminhará sempre na construção de sociedades mais justas e igualitárias, com soberania dos povos e paz.

Link: https://outraspalavras.net/descolonizacoes/porque-seguimos-apoiando-a-venezuela/

Em Foco VI

A eleição na Colômbia e o destino do Brasil

Por Vladimir Safatle
02/06/2026

A Colômbia teve, no ano de 2025, um crescimento de 3,6% de seu Produto Interno Bruto. Foi o maior crescimento da América Latina e o quarto melhor desempenho do mundo. Entre 2022 e 2026, entre 2,2 e 3 milhões de pessoas saíram da pobreza graças a programas como o Renta Ciudadana, o aumento real do valor do salário mínimo e um programa robusto de reforma agrária que redistribuiu mais de 2,5 milhões de hectares de terra. Mesmo assim, a acreditar na pré-contagem feita por uma empresa privada e contestada pelo governo, um candidato de extrema-direita, Abelardo de la Espriella, lidera as apurações. Sua ascensão foi meteórica e construída através da transferência de votos da candidata oficial do uribismo, Paloma Valencia, vista dentro desse cenário como uma espécie de direita "moderada" parecida com nosso governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Esta eleição interessa ao Brasil diretamente. Não apenas pela importância estratégica da Colômbia, um dos poucos aliados do governo brasileiro em um continente cada vez mais sujeitado à extrema-direita, mas principalmente por Gustavo Petro ter feito um caminho à esquerda muito distinto daquele realizado pelo Brasil. Seu fracasso será certamente um duro golpe naqueles que entendiam que uma postura mais combativa e radicalizada poderia trazer hegemonia eleitoral. Grupo no qual este autor se inclui.

A figura de Espriella é um exemplo pedagógico do tipo de estratégia-padrão adotada pelas elites latino-americanas diante do evidente esgotamento de suas políticas tradicionais de preservação do poder. A referência maior do candidato colombiano é o presidente salvadorenho Nayib Bukele, de quem copiou até mesmo o corte da barba. O eixo de seu crescimento é um discurso baseado no medo, no pretenso combate ao crime (mesmo que Espriella tenha sido advogado de narcotraficantes e paramilitares) e no controle militar da segurança nacional. Diante de sociedades marcadas pela decomposição social, a promessa de encarceramento em massa, deportação de imigrantes e cortes militares de cabelo nas escolas parece, para muitos, garantia de tempos melhores.

Esse foi o eixo da campanha vitoriosa de Kast no Chile e será, ao que tudo indica, o eixo da campanha brasileira. Basta ver a recente decretação de grupos criminosos como CV e PCC como entidades terroristas pelo governo norte-americano. Por trás disso, há a ideia de que o melhor governo é aquele que age como se estivesse em uma guerra permanente contra o inimigo do dia: traficantes, imigrantes, migrantes. Mesmo que o verdadeiro crime seja feito por banqueiros que pagam shows do Coldplay para seus casamentos com dinheiro da corrupção do estado. Banqueiros que normalmente são amigos fraternos dos mesmos que juram nos defender do crime e da insegurança.

Isso apenas mostra como a questão central é: em um momento em que está cada vez mais claro que o capitalismo não consegue sustentar a ilusão de uma sociedade que caminha para a integração cada vez maior de parcelas da população, a política se torna uma questão de quem será expulso, encarcerado,

superexplorado. E para uma operação dessa natureza, o discurso da luta criminosa contra o crime é um álibi perfeito.

A experiência colombiana nos permitia acreditar que um processo real de ascensão econômica dos mais pobres e de fortalecimento político de sua força poderia ser o melhor contraponto a essa mobilização do medo. Sua maneira de defender uma política anti-proibicionista em relação às drogas era uma forma de tentar politizar esse amálgama espúrio entre drogas e violência. Pois nunca houve, não há e nunca existirá sociedade sem drogas. Ou seja, o uso de drogas é um fato normal da vida social. O problema nunca foram as drogas, e conhecemos várias formas de uso de drogas que se integram à vida. O problema são as vidas esvaziadas no interior de uma sociedade que sabe apenas individualizar as causas do sofrimento psíquico, sem nunca procurar lidar com suas dimensões sociais de forma conveniente.

O segundo turno da eleição colombiana será no dia 21 de junho. Caso Espriella realmente ganhe, a esquerda latino-americana terá tentado todas as alternativas, desde a conciliação chilena à radicalização colombiana, sem vitórias. Resta saber qual será o destino do Brasil. Caso Iván Cepeda vença, a experiência colombiana ajudará aqueles e aquelas que apostaram na clarificação ideológica e mobilização popular como a arma mais eficaz nesse momento.

Link: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-eleicao-na-colombia-e-uma-pergunta-incomoda-ao-brasil/

Em Foco VII

Eleições: o Peru na encruzilhada

Por Jacqueline Fowks
03/06/2026

A candidata do Fuerza Popular, Keiko Fujimori, passou pela quarta vez para um segundo turno presidencial após uma longuíssima contagem de votos devido à quantidade de impugnações. Desta vez, ela competirá com o deputado e ex-ministro Roberto Sánchez, do partido de esquerda Juntos por el Perú. A filha mais velha do autocrata Alberto Fujimori – que ocupou o poder entre 1990 e 2000 – obteve 17% dos votos válidos e Sánchez, 12%, o que mostra mais uma vez a enorme fragmentação e a escassa legitimidade eleitoral daqueles que vão ao segundo turno.

Em 2021, quando concorreu à Presidência pela terceira vez, obteve 13% no primeiro turno contra 18,9% do professor rural e líder sindical Pedro Castillo, que a venceu depois por uma margem muito

apertada. No entanto, as eleições de 2026 tiveram um sinal muito distinto: o Congresso atual, dominado pelo Fuerza Popular, eliminou o sistema de eleições primárias abertas, simultâneas e obrigatórias (PASO), que teria reduzido o número de partidos aptos a competir nas eleições gerais. No final, houve 35 candidatos à Presidência, a maioria grandes desconhecidos, e o fujimorismo pôde tirar proveito de ter uma candidata e uma legenda eleitoral bem estabelecidas.

Em terceiro lugar ficou o líder do Renovación Popular e ex-prefeito de Lima, Rafael López Aliaga, membro do Opus Dei e aspirante a imitador de Donald Trump, com 11,9% dos votos, seguido pelo centrista Jorge Nieto, ex-ministro do governo de Pedro Pablo Kuczynski e fundador do Partido del Buen Gobierno, com 10,9%. Junto a essas forças, terão bancada no Congresso os partidos que levaram como candidatos à Presidência Ricardo Belmont, um populista ex-apresentador de programas de televisão, e o comediante Carlos Álvarez, que serviu à campanha pela re-reeleição de Alberto Fujimori em 2000.

Na bancada do centro-esquerdista Ahora Nación destacam-se três legisladoras com longa trajetória na defesa dos direitos humanos: as senadoras Mirtha Vásquez e Ruth Luque e a deputada Indira Huilca. Também integrará a bancada Harvey Colchado, ex-chefe da Divisão de Investigação de Alta Complexidade (Diviac) e figura emblemática da luta anticorrupção. Boluarte o afastou da carreira policial em represália por ele ter se negado a blindá-la, a ela e a seu irmão, quando foram investigados pelo Ministério Público por corrupção e tráfico de influência.

O sombrero que anda

O adversário de Fujimori no segundo turno foi o único ministro que permaneceu no gabinete desde o início do governo de Castillo até a tentativa de autogolpe de 7 de dezembro de 2022. Após tomar conhecimento da decisão do presidente de fechar o Congresso, Sánchez renunciou e publicou uma rejeição explícita declarando que “não podia, por princípios democráticos, concordar com essa decisão”.

Castillo cumpre uma condenação por conspiração para rebelião devido a essa tentativa frustrada, quando tentou impedir que o fujimorismo e seus aliados o tirassem do Palácio do Governo mediante o fechamento do Congresso. Horas depois de ler a proclama golpista, o mandatário foi detido e o Parlamento o destituiu com 101 votos – três a menos dos 104 exigidos pelo regimento do Congresso. Esse episódio explica em certa medida a votação de Sánchez.

A maioria congressual colocou a vice-presidente Dina Boluarte no lugar de Castillo, apesar de ela ter prometido renunciar se o presidente fosse destituído. Várias regiões estouraram em protestos, denunciando que seu voto havia sido traído pela assunção de uma “presidenta-fantoche” de um Congresso que governa o Peru desde então mediante um pacto de corrupção e impunidade entre Fujimori e os caudilhos das bancadas parlamentares e integrantes da mesa diretora do Legislativo.

A repressão aos protestos contra Boluarte, que duraram cerca de três meses, resultou em 50 civis mortos e centenas de feridos. Esses crimes seguem impunes porque o Ministério Público esteve capturado pelo regime sob a procuradora Patricia Benavides, e voltou a estar desde setembro de 2025 com Tomás Gálvez, um procurador afinado com o bloco parlamentar dominante que dissolveu as equipes especiais que investigavam, entre outros casos, os assassinatos de manifestantes durante os protestos. O pacto corrupto também tem a seu lado a Polícia Nacional, a Ouvidoria do Povo, o Tribunal Constitucional e a Junta Nacional de Justiça – entidade que nomeia e sanciona juízes e procuradores.

Castillo usou durante a maior parte de sua campanha eleitoral e de seu mandato um chapéu de palha típico de Cajamarca, a região com a maior população em situação de pobreza do país (41%) e sede da maior mina de ouro da América do Sul. Ali ele trabalhou a terra e foi professor rural. Em meados de dezembro, já em campanha, Sánchez visitou Puña, o povoado cajamarquino onde nasceu Castillo, e o reivindicou usando o chapéu. Ali declarou: “Aqui nasceu e ensinou o líder mais importante dos últimos 50 anos do Peru, que chegou ao cargo mais importante com o voto popular do Peru profundo: quéchua, aimará, amazônico: Pedro Castillo. Mas aos donos do Peru, à oligarquia, aos donos da mídia, da grande mineração, da agroexportação e dos grandes negócios do Estado não agradou: odiaram este lindo chapéu, odiaram a cor do nosso presidente, odiaram seu jeito de falar. A política se tornou desprezo, racismo, e boicotaram desde o primeiro dia de governo e nunca o deixaram governar.”

Sánchez percorreu a mesma rota que Castillo fez em 2021 em busca de votos, em pequenos povoados rurais e urbanos, e prometeu indultá-lo. Nas listas de candidatos de seu partido, incluiu familiares do ex-presidente: um irmão será senador e uma cunhada, deputada. Também somou um dos detidos arbitrariamente, como parte da repressão aos protestos antigovernamentais de 2022 e 2023: Alejandro Manay, um líder sindical preso em Ayacucho sob acusações de terrorismo em janeiro de 2023, transferido para a Direção Contra o Terrorismo em Lima e apresentado à mídia, sem provas, como se fosse delinquente, foi eleito deputado pelo partido de Sánchez.

No final de março, no último trecho da campanha eleitoral, a conta de X de Castillo publicou que ele havia entregue seu chapéu a Sánchez para que percorresse “a rota castillista rumo ao Palácio do Governo”. Nesse momento, o candidato do Juntos por el Perú estava em quinto lugar nas pesquisas, empatado com Alfonso López Chau, do Ahora Nación, com 4% de intenção de voto, e havia tido um desempenho medíocre nos debates presidenciais.

A grande quantidade de candidatos e os 95% de desaprovação ao Congresso geraram grande volatilidade na intenção de voto: Fujimori mantinha um núcleo duro de 10% a 12%, e a alta porcentagem de indecisos se manteve até março. Na extrema direita, López Aliaga caiu na intenção de voto enquanto denunciava as “pesquisas fraudulentas”. Na última hora, dois escândalos esvaziaram as preferências de

outros dois candidatos. A divulgação de vídeos de arquivo mostrou o ator cômico e imitador Carlos Álvarez ridicularizando opositores à ditadura fujimorista para desacreditá-los. E sobre Ricardo Belmont pesavam velhas denúncias de dezenas de milhares de acionistas do canal RBC, que o acusavam de tê-los defraudado nos anos 80. Enquanto isso, Sánchez avançou principalmente percorrendo as regiões e transmitindo suas visitas pelo Facebook.

Quatro dias antes do primeiro turno, durante uma audiência judicial online, Castillo queixou-se de que o atual Congresso do pacto corrupto decidisse os membros do Tribunal Constitucional e da Junta Nacional de Justiça. "O povo precisa de uma justiça verdadeira, isso só vai mudar quando em 12 de abril o povo peruano fizer uma eleição correta marcando [a candidatura do Juntos por el Perú]", afirmou, mostrando o logo do partido antes de cortarem seu áudio.

O candidato centrista Jorge Nieto, que ficou em quarto lugar e mantém silêncio sobre seu voto no segundo turno, disse em uma entrevista televisiva que "Castillo ganhou desde a prisão". Mencionou também a indignação moral de parte do Peru popular, sobretudo andino, que, apesar da má gestão, se sentia identificado com o ex-presidente.

"Por que as pessoas estão irritadas com o caso Castillo? Porque ele foi maltratado desde o começo: [primeiro] não quiseram aceitar sua vitória; as pessoas pensam que foi a vitória delas, não pensam em Castillo, mas em seu voto. Além disso, no processo do golpe malfadado que ele tentou, quando tomam decisões no Congresso não alcançam os votos regimentais, todos nós sabemos: eram necessários 104 votos, e com 101 justificaram [a destituição] porque 'bom, já é, é assim'. Essa é a origem do sombrero que continua andando."

A carta da esquerda, apesar de tudo

Sánchez nasceu em Huaral, uma província do norte da região de Lima, e é filho de um cabeleireiro e de uma lavadeira nascidos em regiões andinas, Apurímac e Ayacucho. Em sua adolescência, migrou para Lima com a intenção de ser sacerdote, mas depois optou por estudar Psicologia. Em várias entrevistas, contou que fez parte de grupos pastorais de teologia da libertação e trabalhou como psicólogo com pacientes de HIV.

Diferentemente de Castillo, portador de um mestrado em Educação por uma universidade conhecida por sua duvidosa qualidade, Sánchez cursou um mestrado em Gestão de Projetos Sociais na prestigiosa Universidade Mayor de San Marcos. Castillo inscreveu-se fugazmente em dois partidos em décadas distintas, com fins eleitorais, enquanto Sánchez, desde 2007, tem tido uma vida política continuada. Foi um dos fundadores do Juntos por el Perú em 2008 e o preside desde 2023. Essa força ficou em sexto lugar nas eleições presidenciais de 2021, com Verónika Mendoza como candidata, e

elegeu cinco parlamentares. No entanto, essa bancada já não existe: apenas Sánchez representa o partido no Congresso e Mendoza retirou-se da agremiação nesse mesmo ano.

No primeiro turno de 2026, competiram quatro partidos de esquerda e centro-esquerda: Juntos por el Perú, de Sánchez, Ahora Nación, Venceremos e Perú Libre, do foragido Vladimir Cerrón, pelo qual Castillo concorreu em 2021. Venceremos apoiou Sánchez sem condições para o segundo turno; Ahora Nación condicionou sua decisão a uma série de exigências, e Cerrón tuitou que são "as bases" quem devem decidir se apoiam Sánchez no segundo turno, enquanto seu partido ficou de fora do novo Congresso. Entre aqueles que apoiaram Sánchez no primeiro turno está o "etnocacerista" Antauro Humala, um nacionalista radical que cumpriu sua pena pela tomada de uma delegacia em 2005, que terminou com quatro policiais mortos. O irmão do ex-presidente Ollanta Humala apoiou Sánchez no primeiro turno, mas este manteve distância da figura, utilizada pela imprensa para gerar temor contra um eventual governo do Juntos por el Perú.

Parte da esquerda urbana da capital votará em Sánchez – apesar da desconfiança que ele lhes gera – para impedir uma vitória de Keiko Fujimori. No entanto, o antifujimorismo parece mais fraco do que em eleições anteriores. Segundo duas pesquisas do final de abril, Fujimori e Sánchez estão empatados em cerca de 38% da intenção de voto.

"Gente de merda"

A candidatura de López Aliaga – que certa vez comentou que se autoflagela com um cilício "para unir-se à paixão de Cristo" – gerou forte rejeição no sul do país, com populações quéchuas e aimarás, onde lembram seu apoio à repressão dos protestos de 2022 e 2023. Em Puno, durante uma visita do candidato, seus seguidores apedrejaram e feriram sobreviventes e familiares de vítimas do massacre de Juliaca de janeiro de 2023. Em Apurímac, familiares das vítimas de Andahuaylas e outros cidadãos jogaram ovos nele, e López Aliaga os insultou chamando-os de "gente de merda", "gente lixo" que impede o país de avançar.

Nos dias da apuração do primeiro turno, o ex-prefeito de Lima colocou em dúvida a contagem dos votos e insistiu nas denúncias de fraude em uma conversa com o influenciador de extrema direita argentino Agustín Laje, que o apoiou publicamente. Segundo López Aliaga, existiam mesas de votação "fantasmas" nas quais qualquer um preenchia as atas a favor do Juntos por el Perú. O candidato chegou a dizer na rede CNN que o chefe do Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE) era "membro do Grupo de Puebla" e que havia uma estratégia contra ele, armada por "cubanos e venezuelanos". A Junta Nacional de Justiça, integrante do pacto corrupto, exigiu que a ONPE lhe reportasse quantos estrangeiros trabalhavam na entidade. A resposta foi "nenhum".

"Surpreendentemente, a Ipsos [responsável por uma contagem rápida de uma amostra de atas] diz que em zonas rurais a assistência foi maciça, onde infelizmente não têm os meios para se instruir bem, mas diz que o nível de eficiência ao preencher uma ata complexa é de 100%, ou seja, sabem preencher atas complexíssimas da noite para o dia e são pessoas totalmente instruídas", declarou com desprezo o candidato, que não passa ao segundo turno mas terá assento no Senado.

López Aliaga, que ficou apenas 21.210 votos abaixo de Sánchez, liderou uma violenta operação midiática, política, judicial, digital e de rua para enlamear o sistema eleitoral. Colocou em risco as eleições imitando com impunidade Jair Bolsonaro e Donald Trump. Após se conhecerem em abril os primeiros resultados que o deixavam fora do segundo turno, convocou concentrações em frente ao JNE e exigiu a anulação das eleições, denunciando a existência de um suposto "plano Morrocoy" – uma conspiração, segundo ele, para retardar a apuração e roubar-lhe votos, copiada de uma denúncia venezuelana de 2012 e descartada por organismos eleitorais e observadores internacionais. Nesse mesmo contexto, o postulante de extrema direita torceu o nome de sua própria teoria da conspiração para lançar uma ameaça de agressão sexual contra o presidente do tribunal eleitoral, Roberto Burneo: "Se até amanhã ele não declarar a nulidade das eleições, vou meter todo o meu plano Morrocoy, bem grandão, para ele se tornar homem".

A maioria dos meios de comunicação de Lima tem sido funcional a essa campanha de desinformação. Tanto assim que López Aliaga ameaçou Piero Corvetto, o chefe da ONPE, com "persegui-lo até que morra" e conseguiu que ele renunciasse três dias depois das eleições, devido ao fato de que cerca de 50 mil eleitores não puderam votar em Lima por falhas logísticas na instalação de mesas que representavam 0,2% do cadastro eleitoral.

Ao terem desgastado a confiança na ONPE e no JNE, o caminho está livre para que no segundo turno Keiko Fujimori retome o argumento. Se perder por uma diferença mínima, como já ocorreu no segundo turno contra Castillo em 2021, poderá retomar o discurso "fraudista" que ela e seus seguidores cultivam desde então. Por sua vez, Sánchez destacou em uma coletiva de imprensa com veículos estrangeiros que a maioria de seus eleitores está nas jurisdições mais pobres e rurais, e que, diante dessas afrontas, defenderão o voto popular.

A vantagem de Fujimori

Desde o Congresso, o regime que Fujimori lidera capturou as instituições do Estado, com a exceção parcial dos três organismos eleitorais. Desde 2025, a The Economist classifica o sistema político peruano como "híbrido" e, para a V-Dem, está "em processo de autocatização", mas não nas mãos de um ditador e sim de uma trama de forças corruptas. A razão do fujimorismo e seus aliados para ocupar o Estado não tem sido apenas exercer o poder de fato, mas sim que a maioria dos líderes de organizações políticas está

investigada pela Justiça, como Fujimori e López Aliaga, mas também Cerrón, que se encontra foragido desde 2023 mas tuita diariamente sobre política.

Keiko Fujimori e uma trintena de militantes e advogados enfrentavam um julgamento pelo caso Odebrecht em 2024, mas o Tribunal Constitucional ajudou no ano passado a que o processo retrocedesse à fase intermediária. O procurador que investigou desde 2018 a atual candidata pelas contribuições milionárias não declaradas das campanhas presidenciais de 2011 e 2016 foi ilegalmente sancionado em janeiro e afastado da magistratura. O procurador-geral eliminou a Equipe Especial de procuradores do caso Odebrecht que conseguiu as condenações dos ex-presidentes Alejandro Toledo, Ollanta Humala e Martín Vizcarra. A retomada da fase intermediária do julgamento da candidata Fujimori, por lavagem de ativos, está pendente de apelação: os juízes não fixaram data da audiência.

Por isso, há três anos, 95% dos peruanos desaprovam o Legislativo dominado pelo fujimorismo, mas essa rejeição não se traduziu nas eleições recentes em um antivoto proporcional a Fujimori. Ela não só obteve o primeiro lugar: conseguiu uma porcentagem de votos maior do que em 2021, faz campanha sem audiências judiciais que a interrompam, usou o Congresso para inabilitar políticos com aspirações presidenciais e valeu-se da Junta Nacional de Justiça e da Autoridade de Controle do Ministério Público para tirar do caminho os magistrados que não se subordinavam a ela. A maioria dos meios de comunicação de Lima alinhou-se com seus interesses.

O fujimorismo, junto com o Renovación Popular de López Aliaga – do qual hoje se encontra distanciado – poderia ter metade das cadeiras do novo Senado e mais de 43% da Câmara dos Deputados (a contagem para o Congresso ainda não foi concluída). Dessa posição, buscará preservar o pacto de corruptos.

Em cinco universidades, duas delas as principais de Lima, estouraram protestos estudantis em rejeição à reeleição ilegal de autoridades, contra a mercantilização da educação e a violência de gênero, e em demanda de uma infraestrutura básica para estudar. Em algumas das arengas e cartazes dos universitários reapareceu o lema “Fujimori nunca mais”, que marcará sem dúvida a campanha para o segundo turno, na qual uns votarão contra Fujimori e outros contra Sánchez-Castillo.

Link: https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/eleicoes-o-peru-na-encruzilhada/

Agenda Acadêmica

14º SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Apresentação: Em um contexto marcado por tensões políticas, disputas de narrativas e urgências democráticas, convocamos pesquisadoras, pesquisadores, estudantes e movimentos sociais a refletirem sobre as utopias possíveis e necessárias para o nosso tempo. Este ano, o tema "Saberes em Confluência: Construindo Utopias" destaca a potência dos encontros, das interdisciplinaridades e da multiplicidade de perspectivas que constituem as Ciências Sociais. O seminário propõe analisar o presente, e imaginar futuros, plurais, democráticos e socialmente comprometidos.

Data e local: 04 a 06 de maio de 2026, UFPR, Paraná, Brasil. 11 a 15 de maio de 2026. Em formato on-line.

Para mais informações: https://sociologiapolitica.com.br/

X Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas

Apresentação: Em 2026, o NUCLEAS comemora seu 22º aniversário. São mais de duas décadas de construção de alianças e discussões sobre latinidade e brasilidade, além de costuras ideológicas. O X Congresso traduz o espírito de solidariedade necessário para acordos, convênios e intercâmbios entre instituições, mesmo diante de confrontos e crises conjunturais. Em cooperação com a Fundação Andrej Dembicz, Polônia e o Instituto IDEAZ, Viena, o Núcleo de Estudos das Américas – NUCLEAS convida integrantes da academia e da comunidade para participar das discussões cruciais que afetam as sociedades globais. Os debates priorizam a temática "Desafios contemporâneos do novo multiculturalismo" nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais". Além de instigante, estimula reflexões sobre as relações conflituosas entre grande parte das nações latinoamericanas e a atual gestão politica dos EUA, num cenário mundial de confrontos e disputas territoriais.

Data e local: 11 a 15 de maio de 2026. UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

Para mais informações: https://www.nucleas.uerj.br/confira-a-programacao-completa-do-x-congresso

VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

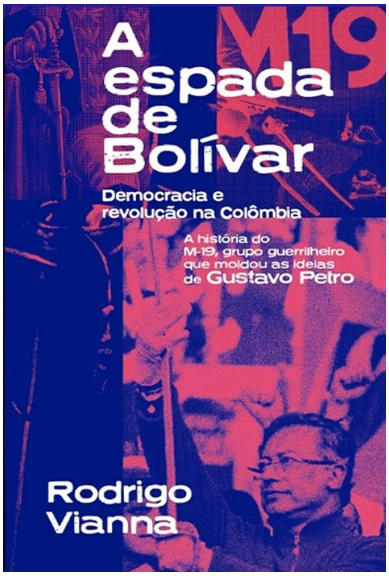
Apresentação: O evento visará oportunizar a reflexão interdisciplinar sobre temas relevantes nas áreas de Política Social, Gestão de Políticas Sociais e Fundamentos do Serviço Social, aprimorando a qualidade da produção científica e socializando pesquisas. O aprofundamento do debate sobre a gestão das políticas sociais na lógica territorial, contribuirá na produção do conhecimento e da disseminação de estudos e experiências que tenham como alvo a gestão de políticas sociais e território. Para 2026 o evento traz como tema geral o Conservadorismos no Brasil e no mundo: entre retrocessos autoritários e resistências coletivas

Data e local: 25 a 29 de maio de 2026, UEL, Paraná, Brasil.

Para mais informações: https://sites.uel.br/congressoservicosocialuel/

Lançamentos

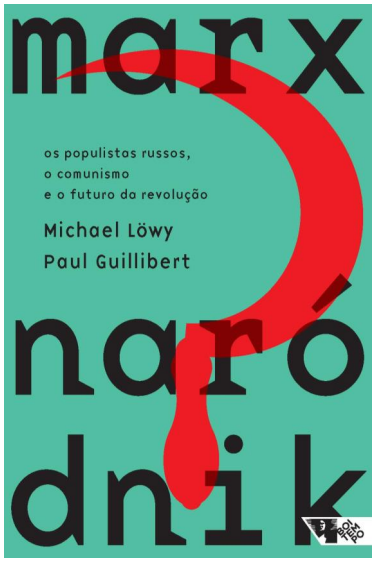
A ESPADA DE BOLÍVAR: DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO NA COLÔMBIA. Rodrigo Vianna. Autonomia Literária, 2026.



Sinopse: A primeira ação armada do Movimento 19 de Abril (M-19) foi invadir um museu em Bogotá e roubar a espada de Simón Bolívar para colocá-la a serviço da revolução na Colômbia. Com discurso nacionalista e ações de forte apelo simbólico, o M-19 foi uma guerrilha com trajetória bastante original na América Latina: dizia combater em nome da democracia, sem um referencial propriamente marxista. Ao final de dezesseis anos de lutas sangrentas, a organização depôs as armas e ajudou a escrever uma nova Constituição, rompendo o bloqueio oligárquico num país dominado – desde o século XIX – por Liberais e Conservadores. Não parece coincidência que Gustavo Petro, primeiro

presidente de esquerda na história colombiana, tenha iniciado sua militância justamente no M-19.

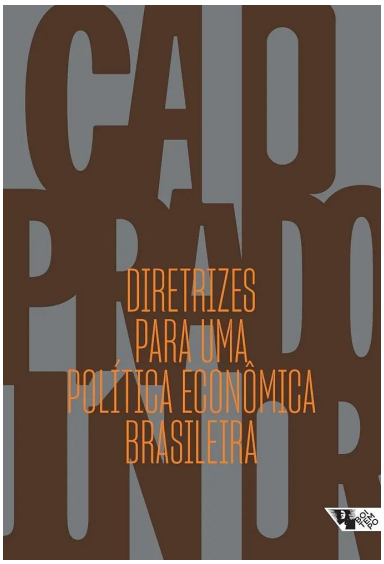
MARX, NARÓDNIK: OS POPULISTAS RUSSOS, O COMUNISMO E O FUTURO DAS REVOLUÇÕES. Michael Löwy e Paul Guillibert. Boitempo, 2026.



Sinopse: "Este livro examina um capítulo pouco conhecido do marxismo. Nos últimos anos de sua vida, Marx realizou uma virada radical em seu pensamento." – Samuel Lacroix, revista Sciences Humaines. Em Marx naródnik: os populistas russos, o comunismo e o futuro da revolução, Michael Löwy e Paul Guillibert recuperam a relação de Karl Marx e Fridrich Engels com os naródniks, os populistas russos que defendiam a comuna rural e o campesinato. Os autores destrincham três tipos de fonte ao longo da obra: os textos de Marx e suas correspondências com o grupo; as formulações de grandes figuras da história, como Lênin e Rosa Luxemburgo; e textos de estudiosos do marxismo, que de tempos em tempos redescobrem a riqueza desses encontros.

DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA. Caio Prado Júnior. Boitempo, 2026.

Sinopse: Preparado como monografia para o concurso à cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da USP em 1954, Diretrizes para uma política econômica brasileira, de Caio Prado Júnior, nunca foi publicado comercialmente – teve apenas algumas cópias distribuídas à época. Na obra, o autor discute o processo histórico brasileiro, a questão do mercado interno e externo, o "marginalismo" de algumas regiões do país, os ciclos econômicos, o papel do capital estrangeiro, a indústria, o imperialismo e a questão agrária. Caio Prado Júnior



defende “larga reorganização e redistribuição dos elementos estruturais do país” e apresenta uma compreensão das contradições existentes no território nacional com o objetivo de assegurar uma democratização real não restrita às esferas jurídicas e políticas

Expediente

Reitora
Profª. Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitora
Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação
Prof. Antônio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª. Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Profª. Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Renato dos Santos Veloso
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Coordenação de Produção e Edição
Rafael Alves Ribeiro
(PROEALC/CCS/UERJ)
José Henrique Galdino Peres
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Rafael Alves Ribeiro
(PROEALC/CCS/UERJ)
José Henrique Galdino Peres
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.